

Ferrovia Tereza Cristina S.A.

**Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao
exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016**



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.016.**

Ilmos. Srs.
**Acionistas, Conselheiros e Administradores da
FERROVIA TEREZA CRISTINA S. A.**
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da **FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resultado das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1º, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações, as mutações do patrimônio social e seus fluxos de caixa, referente ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Criciúma/SC, 01 de março de 2017.

Dani Viana
MARcos DANilo VIANA
Contador – CRC/RS Nº. 030.003/0-2 T/SC S/RJ
CPF: 123.871.000-00

OMV AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC Nº. 3.628-S/RJ – AD. Nº. 10.028/08

Tubarão (SC), 31 de Dezembro de 2016.

Relatório da Diretoria
Período: 01/01/2016 a 31/12/2016

Prezados Senhores.

Informamos que a concessionária não elabora o Relatório da Diretoria e que todas as informações a respeito do desempenho da companhia estão contidas no Relatório da Administração.

Atenciosamente,



Ferrovia Tereza Cristina S.A.
Manoel Acácio Braga
Gerente do Departamento Contabilidade

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	ATIVO	
	2016	2015
CIRCULANTE	11.352	15.285
Caixa e equivalentes de caixa	1.005	1.232
Clientes	6.001	8.227
(-) Provisão de Créditos de Liquidez Duvidosa	(1.579)	-
Tributos a recuperar	3.235	2.992
Adiantamentos	216	250
Títulos a Receber	-	4
Estoques	1.215	1.211
Despesas do exercício seguinte	1.259	1.369
NÃO CIRCULANTE	153.907	155.147
Realizável a longo prazo	1.938	1.952
Créditos judiciais	686	686
Depósitos judiciais	1.179	1.193
Valores a receber longo prazo	73	73
Investimento	132.428	133.676
Imobilizado	19.308	19.196
Intangível	233	323
TOTAL DO ATIVO	165.259	170.432

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
 (Valores expressos em milhares de reais)

	PASSIVO	
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
CIRCULANTE	<u>19.562</u>	<u>36.189</u>
Emprestimos	8	26
Fornecedores	1.286	1.102
Obrigações sociais e trabalhistas	1.303	1.339
Credores por cauções e consignações	73	83
Impostos e contribuições a recolher	745	927
Provisão para Contingências	625	775
Parcelas do Arrendamento e Concessão	11.057	10.524
Parcelamento de Tributos Federais	23	23
Dividendos a pagar	4.263	21.213
Outras Contas a pagar	179	177
NÃO CIRCULANTE	<u>137.513</u>	<u>119.485</u>
Financiamentos	9	13
Debêntures	137.446	119.391
Parcelamento de Tributos Federais	8	31
Adiantamento de clientes	50	50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>8.184</u>	<u>14.758</u>
Capital Social	12.299	12.299
Reserva Legal	2.459	2.459
Prejuízos do Exercício	(6.574)	-
TOTAL DO PASSIVO	<u>165.259</u>	<u>170.432</u>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

(Valores expressos em milhares de reais)
DEMONSTRAÇÃO De RESULTADO DO EXERCÍCIO 2016 E 2015

	2016	2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	58.956	74.967
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA	(3.267)	(8.444)
Cancelamento de Serviços	-	(4.977)
Impostos incidentes	(3.267)	(3.467)
RECEITA LÍQUIDA	55.689	66.523
CUSTOS DOS SERVIÇOS	(32.321)	(30.525)
LUCRO BRUTO	23.368	35.998
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS	(27.823)	(26.388)
(9.767)	(8.129)	
(18.069)	(17.713)	
233	235	
(310)	(386)	
621	76	
(531)	(471)	
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL	(4.455)	9.610
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL	(2.119)	(2.318)
PREJUÍZO (LUCRO) DO EXERCÍCIO	(6.574)	7.292
Por ação do capital social	(1,94)	2,15

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ N° 01.629.083/0001-45

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital Social	Reserva de Lucros	Resultados Acumulados	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2015	<u>12.299</u>	<u>16.375</u>	<u>-</u>	<u>28.674</u>
Lucro do Exercicio	-	-	7.292	7.292
Dividendo Proposto	-	-	(21.208)	(21.208)
Reserva de Lucro	-	(13.916)	13.916	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>12.299</u>	<u>2.459</u>	<u>-</u>	<u>14.758</u>
Prejuizo do Exercicio	-	-	(6.574)	(6.574)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	<u>12.299</u>	<u>2.459</u>	<u>(6.574)</u>	<u>8.184</u>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	2016	2015
1. CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>1.153</u>	<u>13.903</u>
Lucro Ajustado	15.028	28.518
Prejuízo (Lucro) líquido do exercício	(6.574)	7.292
Depreciação e amortização	3.045	2.892
Equivalência patrimonial	531	471
Provisão para contingências	-	87
Reversão de Provisão	(139)	-
Amortização 1ª parcela arrendamento e concessão	107	107
Atualização de títulos e valores mobiliários	18.056	17.656
Atualização de Parcelamentos Fiscais	2	13
Variações nos ativos e passivos	(13.875)	(14.615)
Contas a receber	2.265	4.024
Estoques	(5)	588
Tributos a recuperar	(243)	(397)
Depósitos judiciais	14	(40)
Fornecedores	184	(1.094)
Obrigações sociais e trabalhistas	(36)	30
Arrendamento e concessão a pagar	533	798
Dividendos Pagos	(16.950)	(18.521)
Parcelamento Federal	(23)	10
Outros	386	(13)
2. CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	<u>(1.358)</u>	<u>(10.010)</u>
Aquisições de bens do imobilizado	(2.073)	(3.341)
Aquisições de títulos e valores mobiliários	715	(6.684)
Valor da venda de ativos para investimentos	-	15
3. CAIXA LIQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(22)</u>	<u>(2.673)</u>
Emprestimos	(22)	(2.673)
4. REDUÇÃO (AUMENTO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(227)</u>	<u>1.220</u>
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INICIO DO EXERCÍCIO	<u>1.232</u>	<u>12</u>
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>1.005</u>	<u>1.232</u>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A
CNPJ Nº 01.629.083/0001-45

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE
(Em milhares de reais)

2016 **2015**

(INEXIGIBILIDADE - Empresa de capital fechado desobrigada a apresentação desta demonstração.)



FERROVIA TEREZA CRISTINA S.A.
CNPJ N.º 01.629.083/0001-45

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015**
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – Contexto Operacional - Informações gerais

A Ferrovia Tereza Cristina S.A. (FTC), foi constituída em dezembro de 1996, tendo como atividade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas, em conformidade com o Contrato de Concessão, firmado com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, em 28 de janeiro de 1997 e de Arrendamento, com a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), de acordo com o Edital nº PND/A-07/96/RFFSA, decorrente do Programa Nacional de Desestatização (PND) conforme Decreto nº 473 de 10 de março de 1992 que incluiu a RFFSA no referido Programa.

Todos os bens vinculados ao Contrato de Arrendamento, como locomotivas, vagões, via permanente e instalações da malha Tereza Cristina da unidade de Tubarão/SC, estão sob a administração da FTC.

Os Contratos de Concessão da malha ferroviária e de Arrendamento dos bens da RFFSA foram firmados em 28 de janeiro de 1997, pelo prazo de 30 anos.

A Ferrovia Tereza Cristina S.A. é uma sociedade anônima com sede no Rio de Janeiro Estado do Rio de Janeiro. Seus acionistas controladores são: Santa Lúcia Concessões Públicas S.A. e APPLY Comércio e Empreendimentos Ltda.

A emissão dessas Demonstrações Contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração.

2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPCs, em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestre - ANTT, e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.





A preparação de Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Concessionária no processo de aplicação das políticas contábeis da Concessionária.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Contábeis, estão divulgadas em nota.

2.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

A Concessionária classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

b) Créditos e recebíveis

Os créditos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os créditos e recebíveis da Concessionária compreendem “Contas a receber derivado da venda à prazo de serviços de transporte de cargas e Receitas Extraordinárias e demais contas a receber” e “Caixa e equivalente de caixa”.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros todos não derivativos estão disponíveis para venda, e são classificados no ativo não circulante. Os investimentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento.



2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, lançado em conta de resultado.

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

2.3.3 Impairment de ativos financeiros

a) Ativos classificados como disponível para venda

A Concessionária avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável.

2.4 Clientes

A conta Clientes corresponde aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de transportes ferroviários de cargas, receitas alternativas e prestação de serviços no decurso normal das atividades. É reconhecida pelo valor faturado. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, será classificada no ativo circulante, caso contrário, será apresentada no ativo não circulante.

2.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoque obsoletos, inservíveis ou sem movimentação.

O custo do estoque é determinado pelo método da média ponderada.

2.6 Ativos intangíveis

a) Softwares

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos quando de sua aquisição ou quando estejam prontas para serem utilizadas. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.7 Investimento

O investimento em empresa coligada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. O Resultado dessa equivalência tem como contrapartida uma conta de resultado operacional.

2.8 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis às aquisições dos itens. Os custos subsequentes, conforme apropriados



são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, abaixo demonstrado.

BENS	ANOS
Equipamentos de sinalização	10
Aparelhos equip. de telecomunicações	10
Equipamentos, máquinas e ferramentas	10
Veículos	5
Móveis e Utensílios	10
Equipamentos eletrônicos de dados	5
Sistema aplicativos e software	5
Sistema de gestão corporativa	5
Outros imobilizados	10
Benefícios em propriedade de terceiros	10

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas/despesas, líquidos” na Demonstração do Resultado.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Normalmente são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

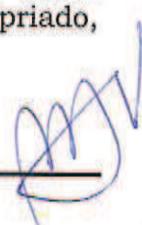
2.10 Provisões

As provisões para ações judiciais, trabalhista e civil são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

2.11 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes, são calculados sobre a receita bruta, tomando por base a presunção da receita e aplicando a tabela de cálculo para o lucro presumido do exercício, conforme legislação vigente e são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

O imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.





2.12 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais, todas sem valor nominal.

2.13 Reconhecimento da receita

As Receitas Brutas dos Serviços Ferroviários são reconhecidas pelo regime de competência, com base na prestação dos serviços ferroviários e corresponde ao valor justo da contra prestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos tributos, dos abatimentos e dos descontos.

As Receitas alternativas são reconhecidas pelo valor justo da contra prestação recebida ou a receber em virtude dos serviços ou alugueis de material rodante.

a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Custo dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência e são computados no mesmo exercício que se correspondem às receitas incorridas. Os custos são apresentados como custos Associados às Receitas dos Serviços de Transportes de Cargas.

2.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da mesma.

3 Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras, são os passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto com o departamento jurídico da empresa.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Os valores apresentados como disponibilidade, estão assim representados.





	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Caixa e equivalentes de Caixa	497	617
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	508	615
	<u>1.005</u>	<u>1.232</u>

5 Ativos financeiros

O principal ativo financeiro está representado por debêntures com participação no lucro da emissora, e está apresentado abaixo.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Debêntures	118.266	118.981

6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, em sua totalidade a curto prazo, estão assim representadas.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Contas a receber de clientes	6.001	8.227

7 Estoques

Os estoques da empresa representam materiais para sua operacionalização, contendo materiais de manutenção, combustível, estoque em processo e itens de almoxarifado.

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Estoques	1.215	1.211

8 Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar tem sua origem conforme segue:

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
ICMS a recuperar	3.199	2.956
PIS e COFINS a compensar	18	18
Outros	18	18
	<u>3.235</u>	<u>2.992</u>

9 Investimentos em coligadas

O investimento na coligada Transferro Operadora Multimodal S.A. está representado da seguinte forma:

	<u>31.dez.2016</u>	<u>31.dez.2015</u>
Capital Social	47.330	47.330
Patrimônio Líquido	42.800	44.407
Ações Possuídas	1.664.699	1.664.699
Percentual de Participação	33,08%	33,08%
<u>Mutações do Investimento</u>		
Valor no início do exercício	14.690	15.161
Equivalência Patrimonial	(531)	(471)
<u>Valor no fim do exercício</u>	<u>14.159</u>	<u>14.690</u>





10 Intangível

A movimentação referente ao ativo intangível e seu saldo contábil líquido estão demonstrados conforme abaixo.

	Software
Em 31 de dezembro de 2016	
Saldo inicial	1.676
Aquisições	73
Amortização acumulada	(1.516)
Saldo contábil líquido	233

11 Imobilizado

O imobilizado está representado pelas seguintes contas, em data de 31.dez.2016:

	Custo	Depreciação Amortização Acumulada	Valor Líquido	Taxa média anual de Depreciação
Equipamentos de sinalização	851	441	410	10%
Aparelhos e equip. de telecomunicações	550	514	36	10%
Equipamentos, máquinas e ferramentas	2.416	1.861	555	20%
Veículos	26	26	0	20%
Móveis e Utensílios	429	260	169	10%
Equipamentos eletrônicos de dados	644	540	104	20%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	46.858	30.308	16.550	10%
Imobilizações em andamento	954	0	954	
Outros imobilizados	818	288	530	10%
	53.546	34.238	19.308	

As taxas de depreciação são baseadas no tempo de vida útil econômica do bem, conforme nota nº 2.8

12 Fornecedores

As obrigações com fornecedores de materiais e serviços estão classificadas no passivo circulante, demonstradas a seguir.

	31.12.2016	31.12.2015
Contas a pagar aos Fornecedores	1.286	1.102

13 Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas, estão demonstradas a seguir.

	31.12.2016	31.12.2015
Salários e encargos	495	604
Provisão para férias e 13º salário	809	735
	1.304	1.339





14 Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher tem sua origem da seguinte forma.

	31.12.2016	31.12.2015
PIS e COFINS	146	220
IRPJ e CSLL	451	562
Imposto de renda retido na fonte	91	81
INSS de terceiros a recolher	35	34
Outros	22	30
	745	927

15 Parcelas do Arrendamento e Concessão

As parcelas de arrendamento e concessão foram provisionadas para pagamento em parcelas trimestrais no exercício seguinte e estão demonstradas abaixo.

	31.12.2016	31.12.2015
Arrendamento	10.504	9.998
Concessão	553	526
	11.057	10.524

16 Operações com debêntures

16.1 Debêntures emitidas

Conforme Assembléia Geral Extraordinária de 28 de fevereiro de 1998, foram emitidas 1.100.000 debêntures privadas simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal de R\$ 100,00 cada, com vencimento final em 28 de fevereiro de 2018, sendo o período de rendimentos coincidente com o vencimento final. A primeira série, correspondente a 300.000 debêntures, são remuneradas pela variação acumulada da taxa da ANBID, juros 12% ao ano e prêmio de 8,5% ao ano. A segunda série, correspondente a 800.000 debêntures, são remuneradas através da participação no lucro líquido da emissora.

Através do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures, em Duas Séries, da Companhia”, firmado em 15 de outubro de 2008, foi aumentado o número de debêntures da 2ª série dessa mesma emissão, passando de 200.000 para 800.000.

Em virtude da descontinuidade da divulgação da taxa ANBID, foi decidido através da Reunião de Diretoria realizada em 27.12.2012, substituí-la pela taxa SELIC.

Através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11.12.2013, foi decidido prorrogar o vencimento dessas debêntures para 28.02.2028.

Todas as debêntures dessa emissão não gozam de garantia, subordinando-se aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, em caso de liquidação da emissora, na forma prevista no art. 58, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/1976.

Estão no mercado 35.003 debêntures da 1ª série dessa emissão, no valor de R\$ 137.446 mil, atualizada até 31.dez.2016, registradas contabilmente no Passivo Não Circulante.



16.2 Debêntures adquiridas

A empresa adquiriu 1.182.659 debêntures de empresa privada, no valor de R\$ 118.265 mil, tendo como forma de remuneração a participação no lucro líquido da emissora; todas estas debêntures são vencíveis a longo prazo e serão mantidas até o vencimento, registradas no Ativo Não Circulante.

17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são apresentados a seguir.

Classificação	Não circulante	2016	2015
Mantidos até o vencimento	Debêntures – ativas	118.265	118.981
Passivos financeiros	Debêntures - passivas	137.446	119.391

Os instrumentos financeiros acima são decorrentes das debêntures adquiridas de empresas privadas qualificadas como “mantidos até o vencimento” e as debêntures de sua emissão e negociadas com empresas privadas qualificadas como “passivos financeiros”, cujos valores contábeis aproximam-se dos correspondentes valores de realização.

17.1 Risco de liquidez

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São mensurados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais.

18 Provisão para contingências

A empresa possui processos de natureza trabalhista, para os quais foram constituídas provisões no montante de R\$ 625 mil, considerado suficiente para fazer face à possibilidade de perdas, de acordo com estimativa de seus advogados.

a) Trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativas como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais.

19 Capital social e reservas

19.1 Capital social

O capital social está representado por 3.394.234 ações, sem valores nominais, divididas em 1.697.117 ações ordinárias e 1.697.117 ações preferenciais.

O capital social está inteiramente subscrito e integralizado pelos seus acionistas pessoas jurídicas e físicas, domiciliadas no País.





Aos acionistas são garantidos dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício, nos termos da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.

19.2 Reserva legal

A companhia possui provisionado uma reserva legal no valor de R\$ 2.459 mil, conforme determinação legal.

20 Receitas

As receitas brutas, as deduções incidentes e a receita líquida estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Receita de transporte de cargas	58.151	74.100
Receitas alternativas	805	867
Cancelamento de transporte de cargas	-	(4.977)
Tributos incidentes sobre as receitas	(3.267)	(3.467)
Receita líquida	55.689	66.523

21 Custos de transporte de cargas

Os custos associados à Receita dos Serviços de Transporte de Cargas são sumarizados e apresentados com a seguinte composição:

	2016	2015
Custos com Pessoal	5.797	6.044
Peças, Partes e Componentes	3.712	2.668
Serviços de Terceiros	2.953	2.666
Custo de Aluguel e Arrendamentos	515	292
Depreciação e Amortização	2.783	2.680
Combustíveis e Lubrificantes	4.101	4.513
Custo de arrendamento e concessão	11.767	11.056
Custos Gerais	693	606
	32.321	30.525

22 Receita (despesas) operacionais

a) Despesas administrativas

As despesas administrativas estão demonstradas a seguir.

	2016	2015
Pessoal	2.587	3.583
Encargos sociais	452	731
Serviços contratados	2.324	1.951
Material	174	188
Depreciação	263	212
Tributos	-	95
Outras	3.967	1.369
	9.767	8.129



b) Receitas (despesas) financeiras

As receitas e despesas financeiras referem-se a juros sobre aplicações financeiras. Juros sobre debêntures, empréstimos, juros sobre parcelamento de tributos federais e outros, demonstrada a seguir.

	2016	2015
Receita Financeira		
Juros sobre aplicação financeira	229	225
Outras receitas financeiras	4	10
	233	235
Despesa financeira		
Juros sobre debêntures	18.056	17.656
Juros sobre empréstimos	8	41
Juros sobre parcelamento fiscais	2	6
Outras despesas financeiras	3	10
	18.069	17.713

c) Outras receitas (despesas) operacionais

As receitas e despesas que não fazem parte das operações da empresa, estão demonstradas a seguir.

	2016	2015
Outras receitas		
Reversão de provisão	139	-
Outras	482	76
	621	76
Outras despesas		
Participação na receita alternativa	96	83
Projetos sociais	143	109
Outras	71	194
	310	386

23 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2016
Imposto de renda da pessoa jurídica	1.398
Contribuição social sobre o lucro líquido	721

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre a receita bruta, tomando por base a presunção da receita e aplicando a tabela de cálculo para o lucro presumido do exercício, conforme legislação vigente.

24 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas, pela quantidade total de ações que cada acionista detém da companhia.

	2016	2015
Lucro atribuível aos acionistas da companhia	(6.574)	21.208





25 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas.

26 Obrigações com arrendamento e concessão

Refere-se ao saldo relativo à obrigação para com arrendamento dos bens operacionais para a prestação de serviços de transporte ferroviário de cargas e a concessão da malha ferroviária, conforme estabelecido nos contratos de arrendamento firmado com a Rede Ferroviária Federal S.A. e de concessão firmado com a União, já mencionados na NOTA 1.

A empresa adota como prática reconhecer seus compromissos relacionados aos contratos de Concessão e Arrendamento de forma linear mensalmente.

Os valores pagos antecipadamente no início da Concessão e do Arrendamento foram ativados e também são alocados ao resultado linearmente pelo prazo dos contratos.

27 Contrato de concessão e arrendamento

Conforme descrito na NOTA 1, a FTC firmou contrato com a Rede Ferroviária Federal S.A em decorrência da privatização das linhas férreas brasileiras. Este contrato foi assinado em novembro de 1996, sendo que as operações iniciaram em fevereiro de 1997. O prazo total da concessão e do arrendamento é de 30 anos, sendo estabelecido o seu fim em dezembro de 2.026.

Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

O prazo de carência foi de 24 meses a partir do seu início, sendo o pagamento da concessão e do arrendamento compostos de 112 parcelas trimestrais, atualizadas pelo IGP-DI.

A empresa possui provisionadas as parcelas da concessão e do arrendamento, correspondentes ao período de uso da concessão. De acordo com a forma de pagamento estabelecida, estas contraprestações foram classificadas no Passivo Circulante (vencíveis até 31 de dezembro de 2017).

O valor correspondente à primeira parcela paga no ato para aquisição do direito de concessão e do arrendamento está contabilizado em “Despesas Antecipadas” e está sendo amortizado de acordo com o prazo da concessão e do arrendamento.

Bens objeto da concessão e arrendamento: a) Máquinas e equipamentos para manutenção de locomotivas, vagões e Via Permanente;



- b) Infra-estrutura e superestrutura da Via Permanente;
- c) Locomotivas, Vagões e Veículos rodoviários e ferroviários;
- d) Prédios, Instalações e Terrenos.

Prazo da concessão e arrendamento: 30 anos.

Montante residual da concessão e arrendamento:

Valor atualizado pelo IGP-DI até 31.dez.2016	R\$ 124.930 mil
Valor a pagar pelos 10 anos restantes do contrato	R\$ 124.930 mil
Montante pago durante o exercício de 2016	R\$ 11.127 mil

A periodicidade de pagamento das parcelas é trimestral.

28 Contratos de aluguel de vagões

A Companhia, alugou equipamentos ferroviários à Ferrovia Paraná S.A. – Ferropar.

Com a decretação da falência da Ferropar em 14.12.2006 (Autos nº 631/2005 – 3ª Vara Cível de Cascavel – PR), e, com a justificativa da continuidade da prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas na Malha Guarapuava – Cascavel, o Governo do Estado do Paraná determinou através do Decreto nº 10/2007 e seguintes, em favor da Estrada de Ferro Paraná Oeste – Ferroeste, Sociedade de Economia Mista do Estado do Paraná, a requisição de todos os bens.

Esta requisição está “sub judice” nos autos do processo nº 2007.70.00.004154-0, em trâmite na 4ª Vara Federal de Curitiba, em que a Companhia postula a devolução dos bens, o pagamento pelo uso de acordo com o mercado e indenização pelos danos causados pela falta de manutenção dos referidos bens pela Ferroeste.

29 Seguros

ATIVOS	Valor segurado em 2016
Responsabilidade Civil	1.434
Automóveis	200
Total	1.634

A cobertura pelos seguros é considerada suficiente pela Administração, para cobrir eventual sinistro.